

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

1. Introdução

O título evoca dois protagonistas da política portuguesa contemporânea e, através deles, dois modelos jurídico-políticos opostos — a Iª República e o Estado Novo — que constituem a base necessária do confronto, aqui ensaiado, entre o pensamento e a acção coloniais do general José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955) e o que sobre essa matéria foi gizado por António de Oliveira Salazar (1889-1970), ministro interino das Colónias em 1930 e dois anos depois — em 1932—, Presidente do Conselho de Ministros, cargo exercido até 1968.

Trata-se de uma abordagem monográfica, necessariamente parcelar, com que pretendemos abrir caminho a um projecto algo ambicioso: compor um estudo biográfico de certo fôlego sobre Norton de Matos, *oposicionista* reconhecido, procurando, também, contribuir para o conhecimento mais amplo e exaustivo da questão colonial durante o Estado Novo. Esta temática não tem merecido muita atenção por parte da historiografia actual. São, de facto, escassos os trabalhos que sobre ela incidem e muitos deles privilegiam a vertente económica⁽¹⁾, enquanto a político-

do General Norton de Matos, bem como o respectivo tratamento arquivístico, tendo em vista a elaboração de um Inventário Analítico. Estamos, também, gratos ao nosso Orientador, Prof. Doutor Luís Reis Torgal, pelas suas oportunas e preciosas sugestões.

P) É o caso do clássico estudo de Armando Castro, *O Sistema colonial português em África (Meados do século XX)*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1980 (foi elaborado entre 1958 e 1959 e publicado na União Soviética em 1962, sob o pseudónimo de Joaquim Silva); e de alguns mais recentes como José Capela, *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias (As ideias coloniais de Marcelo Caetano - Legislação do trabalho nas colónias nos anos 60)*, Porto, Edições Afrontamento, 1977; Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro império português (1825-1975)*, Lisboa, Editorial Teorema, 1985; Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986 (ver ponto 3 — Apolítica "imperial" do Estado Novo — do cap. II, pp. 75-92; e ponto 2.1.2 — As relações com o comércio colonial — do Cap. III, pp. 137-154); Sacuntala de Miranda, "Crise económica, industrialização e autarcia na década de 30", in *O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia 1926-1959*, vol. 1, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 249-258; Adelino Torres, *O Império português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher, 1991 (ver, sobretudo, cap. 6 - As Contradições do projecto económico, pp. 265-286); Carlos Fortuna, *O Fio da*

administrativa e a ideológica têm sido alvo de um tratamento avulso e fragmentário, não obstante algumas excepções(?). E no meio desta

meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960), Porto, Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento, 1993 e do mesmo autor veja-se ainda "O Desenvolvimento por um fio: Portugal colonial, os têxteis de algodão e a economia-mundo", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento, 1993, pp. 57-90; Joana Pereira Leite, "Colonialismo e industrialização de Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e 'import-substitution', 1930-74", *Ler História*, Lisboa, n.º 24, 1993, pp. 53-74; Eugénia Mata e Nuno Valério, *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 179-218 (cap. X e cap. XI); e António José Telo, *Economia e império no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

(2) Merecem particular destaque: A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do sr. Pinheiro de Azevedo*, vol. 2 - *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1977, pp. 359-405 (O Ultramar no século XX); Gerald J. Bender, *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980; José Freire Antunes, *O Império com pés de barro. (Colonização e descolonização: as ideologias em Portugal)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980; Fernando Piteira Santos, "Portugal império: do mito ao conceito jurídico", *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 5ª série, vol. 2, Dez. 1984, pp. 43-53; Aniceto Afonso, "A Queda do 'Estado Novo'. I - A Guerra Colonial. H - O Movimento dos Capitães", in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal, Estado Novo*, vol. 2, s.l., Multilar, 1988, pp. 213-254; Rui Ferreira da Silva, "As Colónias: da visão imperial à política integracionista", in António Reis (dir.), *Portugal contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 99-122 e *Idem*, "Sob o signo do império", in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo. Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol. 12, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 352-387; A. E. Duarte Silva, "Salazar e a política colonial do estado novo: o acto colonial (1930-1951)", in A. E. Duarte Silva et al., *Salazar e o salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 101-152; Jill Dias, "A Administração portuguesa ultramarina entre os séculos XV e XX", in Instituto Português de Arquivos, *Guia de fontes portuguesas para a história de África*, vol. 1, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, pp. 15-34; José Luís Lima Garcia, "Aldeia de império na propaganda do estado novo", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 14, 1992, pp. 411-424; João Paulo Guerra, *Memória das guerras coloniais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994; Valentim Alexandre, "Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do estado novo", *Análise Social*, Lisboa, vol. 28, n.º 123-124, 1993, pp. 1117-1136.

incipiente e heterogénea produção científica encontram-se, a par de um ou outro enfoque detalhado — por exemplo, o contido na parte final da obra de Adelino Torres —, alusões breves a Norton de Matos e, em especial, à sua acção de Governador-Geral e de Alto Comissário em Angola durante a I República, pouco mais havendo a seu respeito: duas importantes exposições bio-biblio-iconográficas e documentais (1980 e 1993)⁽³⁾, uma tese de licenciatura⁽⁴⁾ e um número impreciso de artigos publicados na imprensa periódica da metrópole e do ultramar resumem, até agora, o esforço feito para dar a conhecer a vida e a obra de uma personalidade relevante na história política e colonial do Portugal do séc. XX.

Nos alvares da Iª República, o então major José Norton de Matos, oriundo de uma abastada família vianense e limiana de forte "espírito liberal"⁽⁵⁾, partia para Angola, após uma década de serviço

(3) Grémio Lusitano, *Norton de Matos (1867-1955) no 25º aniversário da sua morte. Catálogo da exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa organizada pelo Grémio Lusitano e com introdução de A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Junho de 1980 (policop.); e Fernando Rosas *et al.* (org.), *Uma oposição indomada e indomável. Campanha eleitoral do general Norton de Matos 1948/49. Catálogo*, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência/Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

(4) Renato F. Antunes Mascarenhas, *Norton de Matos - Alto Comissário e Governador-Geral de Angola. Dissertação de licenciatura apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1970.

(5) D. Rita Mendes Norton de Matos, irmã do general, declara-o peremptória, no interessante livrinho *A Família Norton de Matos* (Ponte de Lima, Edição da Autora, 1953, pp. 73-74): "Tudo o que nesta Segunda Parte deste meu trabalho tenho escrito, mostra o 'espírito liberal' (assim lhe chamavam noutros tempos) que guiou politicamente a Família Norton de Matos, desde a data —já distante de quase um século — em que os seus fundadores se uniram pelos sagrados laços do matrimónio. E mais quero dizer que se criou em mim uma grande admiração por D. Pedro, chefe da expedição dos 7.500 homens que conseguiram, de 1832 a 1833, fazer baquear novamente o absolutismo em Portugal e substituí-lo pelo liberalismo, que em 1828 fora derrotado. Essa admiração nasceu do que eu ouvia dizer no seio da minha família a respeito dele: de que fizera completo dom da sua pessoa à causa da liberdade; da sua coragem sem par durante o Cerco do Porto; da atracção que exercia sobre o povo e sobre os soldados pela maneira como se expunha aos perigos, como tudo desejava ver e finalizar; da sua simplicidade principalmente, que a todos inspiraram confiança e admiração".

prestado na Índia e em Macau, sendo investido no cargo de Governador-Geral, e aí permaneceu de 1 de Junho de 1912 a 4 de Fevereiro de 1915. Durante a Grande Guerra de 1914-18 e na pasta da Guerra em sucessivos governos de predomínio democrático ou afonsista — desde o 2º governo de José de Castro, empossado em 19 de Junho de 1915 até ao 3º governo de Afonso Costa, que durou de 25 de Abril de 1917 a 8 de Dezembro desse mesmo ano — tornou-se o responsável pelo chamado "milagre de Tancos"⁽⁶⁾, ou seja, a organização e envio para França do Corpo Expedicionário Português. Em 17 de Março de 1919, após a queda do Sidonismo (período durante o qual se exila em Londres), foi nomeado delegado à Conferência de Paz (Paris, 1919), juntamente com Afonso Costa (presidente), Augusto Soares, João Chagas e Teixeira Gomes. Em 12 de Outubro de 1920 tomou posse do cargo de Alto Comissário da República em Angola, para o qual havia sido convidado em Abril e nomeado em 31 de Agosto desse ano, assumindo funções até Junho de 1924 — mês em que foi nomeado Embaixador de Portugal em Londres. Na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, chefiado pelo general Gomes da Costa, foi exonerado das funções diplomáticas que exercia e passou à oposição aberta contra a Ditadura Militar, participando na revolta falhada de 3-9 de Fevereiro de 1927 e sendo, por isso, preso e enviado para os Açores (ilha de S. Miguel), onde permanecerá, com residência fixa, até Junho de 1929. Eleito Grão-Mestre da Maçonaria em 31 de Dezembro de 1929 para o biênio 1930-1931, viria a ser reeleito em Dezembro de 1931, envolvendo-se numa luta intransigente em prol da liberdade de acção das associações secretas ameaçadas e proibidas pelo Estado Novo. Durante a revolta da Madeira, iniciada em 4 de Abril de 1931

Sobre estas origens liberais veja-se, também, o que o próprio Norton de Matos registou no vol. 1 de *Memórias e trabalhos da minha vida*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, Lda, 1994, pp. 43-61, 2ª ed..

(6) Expressão usada num livro constituído "pelas notas de reportagem de dois jornalistas sobre a nossa preparação militar em Tañeos, escritas do próprio acampamento das tropas para 'O século' e para 'A Capital'" — obra favorável ao esforço belicista do governo democrático, como se nota logo no prefácio do deputado afonsista e comandante da divisão naval, Leote do Rego. Veja-se: Adelino Mendes e Oldemiro César, *A Cooperação de Portugal na guerra europeia. O milagre de Tañeos*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s.d.

e logo propagada aos Açores, foi detido no Hospital Militar da Estrela, desde 10 de Abril desse ano até meados de Maio(7). Terminada a Guerra Mundial de 1939-45, o movimento oposicionista em Portugal ganhou novo impulso e o general Norton de Matos, quase octogenário, tornou-se o seu chefe incontestado e candidato natural à Presidência da República em 8 de Abril de 1948, candidatura de que foi forçado a desistir, a 12 de Fevereiro de 1949, por manifesta falta de transparência e seriedade no processo eleitoral. Até ao fim da sua longa e intensa vida, manteve-se firme no combate à autarcia salazarista e na defesa do seu projecto colonial, quer através de entidades específicas como o Centro das Actividades Económicas de Angola (com sede na Rua da Escola Politécnica n.º 255, 1.º Dt.º, Lisboa), quer como incansável polígrafo, escrevendo livros, memórias, diários e artigos para diversos jornais, nomeadamente o *Primeiro de Janeiro* (Porto)(8).

Em nota supletiva a esta sinopse curricular parece-nos oportuno referir que a vocação colonialista dominou o pensamento e a acção de Norton de Matos, condicionando fortemente a sua

O Este incidente não vem referido na minuciosa Cronologia apensa ao Catálogo da Exposição organizada pelo Grémio Lusitano em 1980 e isto por manifesta escassez de informação. No entanto, tivemos o ensejo de descobrir que o general Norton de Matos, fiel ao seu hábito de tudo registar, redigiu um diário com início em 12 de Abril de 1931 e fim em 8 de Maio. É um documento muito interessante, que revela não apenas os pormenores da detenção e do quotidiano de um preso especial, mas também, entre outros aspectos, a importância e o prestígio de Norton de Matos como figura proeminente da oposição à Ditadura Militar.

(8) No Arquivo Pessoal deparámos, para além de testemunhos como o diário referido na nota anterior, com um elevado número de dossiers que espelham de forma eloquente a produção publicística e memorialística do general Norton de Matos. Aí se encontram, entre diversos textos inéditos (por exemplo, o volume V das Memórias), os materiais preparatórios e originais de importantes obras, a saber: *Memórias e trabalhos da minha vida*, 4 vols., Lisboa, Editora, Marítimo-Colonial, 1944-45; *Angola. Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditarse o seu relatório de governo. Edição comemorativa do terceiro centenário da restauração de Angola*, Lisboa, Edições Gama, 1948; *África nossa. O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*, Porto, Edições Marânus, 1953; e *A Nação una. Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Com um prefácio do prof. Egas Moniz. Lisboa, Paulino Ferreira, 1953.

militância política e cívica. Não admira, por isso, que, exceptuando os tópicos da participação portuguesa na Grande Guerra e da candidatura à Presidência da República em 1948-49, o seu nome seja plenamente associado à questão colonial e graças a ela inscrito de forma indelével na memória histórica nacional.

2. A Iª República e as Colónias

Os factos ocorridos até à Conferência de Berlim, realizada entre 15 de Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 e promovida pelo chanceler Bismarck, em sintonia com o governo francês de Jules Ferry⁽⁹⁾, bem como as suas consequências imediatas, conduziram à consagração do direito da força contra a força dos direitos históricos, o que prejudicou imenso os interesses portugueses. Portugal não só foi forçado, quase no fim da Conferência (em 14 de Fevereiro de 1885), a reconhecer a soberania territorial da Associação Internacional Africana sobre uma região descoberta no séc. XV pelo navegador Diogo Cão⁽¹⁰⁾, mas também se viu compelido a definir as fronteiras dos seus territórios com os das novas potências e a impor o seu domínio nas regiões que reclamava por direito histórico. A África tornara-se, assim, um continente a explorar e a demarcar por todos os meios e, principalmente, através de estratégias políticas e científicas, que conduziram inevitavelmente à "internacionalização dos problemas africanos", como nos mostra, por um lado, a história diplomática com vários tratados — o de Lourenço Marques (1879-1881), o do Congo (1884) e a referida Conferência de Berlim — e, por outro, a proliferação de

(9) Ver, sobre o projecto colonialista de Jules Ferry, François Manchuelle, "Origines républicaines de la politique d'expansion coloniale de Jules Ferry (1838-1865)", *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, Paris, vol. 75, n.º279, 1988, pp. 185-206.

(10) Em 23 de Fevereiro era proclamado o Estado independente do Congo, tendo por soberano Leopoldo II da Bélgica. Sobre todo este processo ver: *Negócios Externos, 1885 - A Questão do Zaire II*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 162 ss.; José de Almada, *Tratados aplicáveis ao ultramar*, vol. IV, Lisboa, 1943, p. 19; Luciano Cordeiro, *As Questões coloniais*. Selecção de textos e prefácio por A. Farinha de Carvalho. Lisboa, Editorial Vega, s.d.; e ainda Marcelo Caetano, *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos. (Da liberdade dos mares às nações unidas)*, Lisboa, Edições Ática, 1963, pp. 80-88.

Torres, através de um "keynesianismo avant la lettre" ou extraído, em nossa opinião, de um "saint-simonismo" clássico com fortes traços etnocêntricos: "Mas a meu ver, o que se fez e se conseguiu em Angola nestes últimos anos não foi bastante. Ao esforço dos colonos portugueses, á sua tenacidade, ás qualidades admiráveis do quadro administrativo de Angola, á disciplina e ao trabalho agrícola dos indigenas, deveria a Nação ter correspondido com esforço, com dedicação e com sacrificios idênticos. Infelizmente ainda não se apagou de todo nas nações coloniaes a mentalidade que nelas vincou a vigência do *pacto colonial*. Nos anos de prosperidade são os territórios coloniaes os que mais concorrem para a riqueza das metropoles; mas quando sobrevêm as crises, quando os generos e as matérias primas das colónias deixam quasi de ter valor, as metropoles esquecem que a sua força de resistenda á crise é devida, em grande parte, ao esforço colonial dos anos findos e deixam estrebuchar na miséria as suas colónias. Uma elementar economia e uma política nacional bem entendida aconselham, porem, o procedimento contrário. Nas horas de dificuldades o auxilio das metropoles tem de ser mais intenso e largo. Se me encontrasse á frente de Angola nos actuaes e dolorosos dias, como me encontrei em dias de prosperidade, reuniria todos os recursos para melhorar o *Standard* de vida dos indigenas. Combateria tudo o que representasse deminuição na intensidade do trabalho agrícola como de facto sabiamente se tem feito durante a crise; mas como as necessidades de mão de obra passariam a ser muito menores em consequência da paralisação da vida económica da colónia e da suspensão dos grandes trabalhos publicos, levaria os indígenas a ocuparem-se da transformação das suas habitações. Continuaría a obra tão brilhantemente iniciada em Angola da concentração em grandes agrupamentos urbanos dos pequenos grupos isolados de palhotas, e da transferência das aldeias indigenas para locaes mais saudaveis e servidos por vias de comunicação. O Estado construiría pequenas habitações á portuguesa para os chefes indigenas, em tijolo, pedra e cal ou em cimento, prestaria auxilio para a transformação das palhotas em habitações mais higiénicas e mais confortáveis, de modo a conseguir a elevação da civilização Bantu"⁽⁸⁰⁾.

(8°) Norton de Matos, *Angola e a crise mundial*, doc. dact., 6 fis; fis. 3-4 (*ibidem*).

O trabalho e o povoamento indígena constituíram, dentro e fora dessa grave crise, um tema recorrente. Achemo-lo nas suas reflexões críticas, em anotações a obras de outros e nos seus múltiplos comentários para a imprensa. Ao folhearmos o exemplar do livro de Álvaro de Freitas Morna, *Angola. Um ano no govêrno geral (1942-1943)*, oferecido e dedicado "Ao Ex.mo Senhor General Norton de Matos, um dos raros governantes que teve a visão perfeita de Angola, homenagem de admiração do... [autor]", encontramos observações marginais curiosas, como a de resposta à seguinte frase de Freitas Morna: "Se ao facto acrescentarmos a tradição, que de longe vem, de antepassados ainda mais alheios à civilização, facilmente se compreende a relutância que o indígena normalmente manifesta pelo trabalho" — Norton de Matos escreveu logo, em pé de página: "Este homem ainda não viu, neste ano de 1944, que a relutância pelo trabalho resulta da injusta distribuição da riqueza que os trabalhadores produzem"⁽⁸¹⁾. Num texto intitulado *O Povoamento de Angola*, manifesta grande interesse e expectativa na experiência de colonização rural que a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela levou a cabo entre 1936 e 1940⁽⁸²⁾ e congratula-se com um projecto de decreto relativo à acção colonizadora do Estado, mais o respectivo parecer da Câmara Corporativa. Não hesitou, pois, em escrever o seguinte: "estão criando a esperança de que qualquer cousa de grande se vai empreender para se conseguir povoar larga parte da nossa Africa com gente portuguesa". Sobre o modo concreto de se proceder a esse povoamento, debruçar-se-ia num outro texto: o prefácio para o livro *Gente Cafra* de Felisberto Figueirinhas. Ao mesmo tempo que põe, aí, em dúvida algumas soluções do autor para a colonização indígena em Moçambique, aprova outras e adianta * ¹

⁽⁸¹⁾ Alvaro de Freitas Morna, *Angola. Um ano no govêrno geral (1942-1943)*, 1.º vol., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1944, p. 135.

⁽⁸²⁾ O Administrador Delegado era o comandante Álvaro de Melo Machado que trocou valiosa correspondência com o general Norton de Matos sobre vários aspectos dessa experiência, para além de ter tido o cuidado de lhe oferecer um exemplar dos cinco relatórios (um para cada ano) publicados pela Companhia. Por sua vez, Norton de Matos enviou para *O Primeiro de Janeiro*, um artigo sobre "Uma experiência de colonização agrícola em Angola", publicado em 1 de Março de 1947, onde se pronuncia abertamente sobre os objectivos e resultados dessa iniciativa.

sugestões: "Não tenho de Moçambique o conhecimento necessário para me poder pronunciar sobre se o meu plano de colonização indígena para Angola e que consiste principalmente em criar proprietários agrícolas e em evitar o proletariado indígena, se pode ou não aplicar àquela província. Mas os pretos de Moçambique, sendo bantus, e dos melhores, não podem deixar de pôr acima de tudo, como os de Angola, a casa, a família e a larga propriedade rural, garantias únicas de liberdade e independência que tanto apreciam. Claro está que nunca me passou pela cabeça, ao pensar em criar pretos proprietários em Angola, deixá-los inteiramente entregues a si mesmos. O Estado terá de continuar a tutelá-los ainda por muito tempo, a guiá-los na aplicação dos seus rendimentos e lucros em melhoria da sua condição social, e do conforto da sua vida e principalmente em evitar que sobras pretos ou brancos os possam explorar. Mas tutela no significado admirável das nossas leis coloniais, é cousa muito diferente de direcção económica por parte do Estado do trabalho colectivo de multidões de pretos ainda nas trevas da civilização primitiva"⁽⁸³⁾. E quem assim pensava não podia deixar passar em branco medidas de qualquer ministro ou governador-geral, que significassem um retrocesso na defesa e salvaguarda dos direitos humanos. Nas *Memórias e Diário*, texto inédito onde deparamos com apontamentos de natureza diversa, incluindo, pelo meio, números avulsos de jornal e documentos vários, comentou de forma assaz curiosa a alocação do governador Freitas Morna feita em 18 de Junho de 1942 aos administradores de circunscrição, secretários e chefes de posto: "Que ha em Angola que justifique tal documento? Quais são as forças ocultas que mais uma vez estão a fazer recuar a Província para o negrume dos tempos da torpe exploração do trabalho indígena? A circular de Freitas Morna é, como digo, de 18 de Junho. O Ministro das Colonias chegou a Luanda em 21 do mesmo mez. Junto o exemplar do "Diário de Luanda", onde leio esse triste documento. As suas consequências vão ser as mais desgraçadas, estou certo disso. Julgo que tenho de escrever algo a este respeito. Vou pensar no caso que é melindroso, não por mim, mas pelo que ele representa para a nossa situação colonial perante a Inglaterra e principalmente perante a America.

⁽⁸³⁾ Norton de Matos, *Prefácio para o livro "Gente Cafra" por Felisberto Figueirinhas*, doc. dact. em 10 fis.; fis. 4-5 (Arq. N. de M., antiga pasta 56).

Os Estados Unidos estão olhando para as cousas de Africa com preocupadora atenção"⁽⁸⁴⁾.

A riqueza do acervo documental pesquisado permitia continuar com muitos mais exemplos e todos eles assaz significativos. Julgamos, no entanto, que o exposto é já suficiente para gizarmos umas breves notas finais.

4. Conclusão

A surpresa do embaixador espanhol em Lisboa face à "atitude do general Norton de Matos, que num discurso pronunciado durante a inauguração do Hospital da Misericórdia de Ponte de Lima, em 29 de Junho de 1953, elogiou o Governo e apelou à união nacional, apelidando os russos e os amarelos como os grandes inimigos"⁽⁸⁵⁾, revela um fraco conhecimento do ideário e da acção política do general Norton de Matos, mas simultaneamente traduz a impressão superficial que qualquer observador podia colher, quando ouvisse ou lesse os textos do velho general apelando à Nação Una.

O prestigiado colonialista e fundador de Nova Lisboa (Huambo) acreditava no efeito integrador da assimilação, afastava do grupo de hipóteses plausíveis a eventual independência das colónias de povoamento em África se, claro está, o seu projecto colonial fosse seguido na íntegra e não hesitava em secundar o Estado Novo mal estivesse ameaçada, por qualquer potência ou pelas tendências "intemacionalistas" em voga, a unidade territorial portuguesa. As pretensões e os actos anexionistas da União Indiana mereceram-lhe, obviamente, a mais viva repulsa, em unísono com o Governo. E idêntica sintonia perpassa em todos os textos, onde teve ocasião de reafirmar a sua intransigência na defesa da nacionalização das colónias. Na sua *Exortação aos Novos de Portugal* (escrita em 1933 e publicada em livro, cerca de três anos antes de morrer) é categórico: "Proclamai sempre bem alto, por forma que todo o mundo vos ouça, que nunca consentireis que os

(^M) *Idem, Memórias e Diário. 3º maço. Iniciado em Ide Abril de 1942 e terminando em 30 de Agosto de 1942, fl. azul 101 (Arq. N. de M., pasta 74).*

(⁸⁵) Ana Vicente, *Portugal visto pela Espanha*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992, p. 212.

territórios de Além-mar, onde há cinco séculos trabalhamos e sofremos, sejam considerados "terras de ninguém", onde outros povos se possam estabelecer livremente, ou onde se queiram fazer ensaios utópicos de quaisquer internacionalizações, esses territórios, dizei-lhes, constituem províncias tão portuguesas como as da metrópole, a Nação é só uma, e qualquer horda demográfica ou capitalista, que quisesse invadir Angola ou Moçambique, seria recebida por nós como se tentasse ocupar Lisboa"⁽⁸⁶⁾.

Este acrisolado nacionalismo assentava, porém, em ideias, valores e princípios político-administrativos diversos dos do nacionalismo conservador — para usarmos a tipologia empregue por Bernardino Machado, em 1930, e atrás referida —, mantendo, por isso, uma vincada diferença semântica quanto ao desígnio imperial: à centralização e ao domínio da metrópole sobre as colónias que o Estado Novo pretendia legitimar, não obstante as intenções proclamadas em contrário no Acto Colonial, opôs sempre Norton de Matos a utópica imagem de uma Nação inteira, forte e próspera graças a critérios humanitários, justos e racionais, mas frágeis do ponto de vista do integracionismo: quem poderia, afinal, garantir, a não ser o próprio e alguns sequazes, que uma prática assimilacionista, administrativa e financeiramente descentralizada, tornava impossível a ruptura entre metrópole e colónias, entre metropolitanos e "assimilados"?

O diferendo desceu, então, ao nível incerto das probabilidades de êxito em contra-corrente. Durante toda a "fase imperial" a política colonial do Estado Novo foi um ziguezaguear constante ora ao ritmo do mais estrito mercantilismo, ora à luz de alguma obra modernizadora, entretanto, conseguida em domínios importantes, tais como a colonização rural, o trabalho indígena e as infraestruturas viárias. E, assim, compreende-se que, também, a Oposição republicana, bem representada por Norton de Matos, oscilasse como um pêndulo sempre que as medidas legislativas e técnicas dos governos de Salazar se aproximavam mais ou se afastavam irremediavelmente do seu plano "teórico-prático" gizado entre 1912 a 1924.

Na "fase ultramarina" a estratégia da contenção financeira para o fomento colonial e do excessivo centralismo nas decisões

(86) Norton de Matos, *A Nação Una*, *ob. cit.*, p. 4.